

FUTEBOL E INTEGRAÇÃO NACIONAL UM ESTUDO DA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE A NAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Diano Albernaz Massarani¹

Resumo: A análise dos investimentos materiais e simbólicos realizados pelo Governo Médici em atividades como a regulamentação da Loteria Esportiva, a expansão do Campeonato Brasileiro, a construção de estádios fora do eixo Sul-Sudeste, o televisionamento para todas as regiões de partidas da seleção brasileira e a organização da Taça Independência (1972) evidenciam traços fundamentais da construção da nação brasileira. Buscando aprofundar o diálogo com ideias elaboradas por Benedict Anderson para além da menção de que se entende as nações como “comunidades imaginadas”, o discutido permite sugerir que as nações não devem nem ser tratadas como entidades onipotentes – sempre se impondo, inabaláveis, sobre receptores inertes –, nem tampouco compreendidas como onipresentes – capazes de exigir fidelidade integral de seus membros em qualquer contexto.

Palavras-Chave: Nação; Futebol; Governo Médici

Football and national integration. A study on representations of the Brazilian nation during the presidential term of Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

Abstract: The analysis of the investments of the Brazilian Government during the presidential term of Médici in activities like the implementation of the *Loteria Esportiva*, the creation of the *Campeonato Brasileiro*, the construction of football stadiums, the television broadcasting of the Brazilian Team matches, and the organization of the *Taça Independência* evidences features of the construction of representations of the Brazilian nation. This paper aims to deepen the dialogue with ideas developed by Benedict Anderson going beyond quoting that the nations are understood as “imagined communities”. The discussion suggests that nations should neither be treated as omnipotent - always imposing themselves on inert recipients - nor understood as omnipresent - capable of demanding full loyalty from their members in all contexts.

Keywords: Nation; Football; Médici Administration

Fútbol e integración nacional. Un estudio acerca de la construcción de representaciones sobre la nación brasileña durante el Gobierno Médici (1969-1974)

Resumen: El análisis de las inversiones materiales y simbólicas del Gobierno Médici (1969-1974) en actividades como la regulación de la Lotería Deportiva, la expansión de la Liga Brasileña, la construcción de estadios en las regiones Norte, Noreste y Medio Oeste, la transmisión televisiva para todas las regiones del país de los partidos de la Selección de Fútbol de Brasil y la organización de la Copa Independencia de Brasil resaltan rasgos fundamentales de la construcción de la nación brasileña. Este artículo tiene como objetivo profundizar el diálogo con las ideas desarrolladas por Benedict Anderson, mas allá de citar que se entiende las naciones como “comunidades imaginadas”. El debate sugiere que las naciones ni deberían ser tratadas como onnipotentes, ni como onnipresentes.

Palabras-Claves: Nación; Fútbol; Gobierno Médici

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. diano_am@yahoo.com.br.

Introdução

Não são raras as pesquisas voltadas para o esporte, em geral, e para o futebol, em particular, que justificam a validade de sua produção pela escassez de estudos sobre a questão que pretendem discutir. No entanto, em se tratando de pesquisas que se propõem a analisar o investimento material e simbólico no futebol durante o período em que Emílio Garrastazu Médici ocupou o cargo de presidente da República no Brasil (1969-1974), seria inapropriado apontar uma ausência de trabalhos sobre o tema. Ocorre, todavia, que a maior parte dos estudos referentes a essa questão, embora invariavelmente atravessados por conceitos como nacionalismo, integração nacional, identidade nacional, entre outros, apresentam objetivos que ou ignoram completamente as discussões teóricas sobre a nação, ou se limitam a mencionar, de forma excessivamente direta, uma determinada definição da nação. Na grande maioria das vezes, a definição acionada é a de que a nação é uma “comunidade imaginada” tal como sugerido por Benedict Anderson (2013).

Inclusive, a propósito da definição de nação como uma “comunidade imaginada”, alguns autores apontam a existência, para além dos estudos sobre futebol, de uma proliferação de trabalhos que ancoram suas argumentações nesta definição sem o devido aprofundamento teórico. Para Desai (2009, p.1), por exemplo: “no single phrase occurs as widely and frequently in the literature on nationalism as ‘imagined communities’. That it is not always attributed to its original creator is testimony to its pervasive acceptance and adoption”. Por sua vez, com certa dose de ironia, Özkirimli (2010, p.106) atenta para o seguinte: “Anderson’s memorable description of nations as ‘imagined communities’ [...] has become ‘a mantra’ in academic discussions of nationalism”.

Diante desse cenário, o presente trabalho se coloca dois objetivos. Em primeiro lugar, este artigo se propõe a adensar o diálogo entre as análises acerca das estratégias implementadas pelo Governo Médici associadas ao futebol e os pressupostos teóricos elaborados por Anderson (2013) sobre a nação. Entretanto, mais de três décadas já se passaram desde que Anderson propôs pensar a nação como uma “comunidade imaginada”, de modo que esta definição já recebeu (e ainda recebe) críticas das mais diversas ordens, algumas classificando-a como reducionista, outras como demasiadamente rígida. Destarte, em segundo lugar, este artigo objetiva, a partir da discussão de algumas medidas adotadas pelo Governo Médici, sugerir argumentos no sentido de colaborar para a flexibilização e dinamização da definição de nação como uma “comunidade imaginada”.

Dito isso, acredita-se que uma etapa inicial fundamental para se problematizar a ideia de “comunidade imaginada” consiste em debater como esta se encontra interligada a outras elaborações de Anderson. Daí ser pertinente apresentar, o quanto antes, os pressupostos desenvolvidos pelo autor na obra *Comunidade Imaginadas – Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo* (2013), originalmente publicada em 1983, tarefa à qual se dedica a próxima seção.

I

Benedict Anderson (2013, p.32), dizendo-se “dentro de um espírito antropológico”, define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Primeiramente, a nação seria imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2013, p.32). Em seguida, o autor sugere que a nação surge como uma comunidade pois, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2013, p.34). As comunidades se distinguiriam “pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2013, p.32), de modo a não existir uma gradação de autenticidade que permitisse classificar uma comunidade como mais verdadeira do que outra. Indo adiante, a nação seria imaginada como limitada “porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade” (ANDERSON, 2013, p.33). Finalmente, tem-se ainda que a nação seria imaginada como soberana porque não se entende como uma comunidade sob controle divino, visto que “as nações sonham em ser livres [...] A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado soberano” (ANDERSON, 2013, p.34).

Com o intuito de investigar a gênese do nacionalismo, e sempre pensando a nação como um artefato cultural, Anderson (2013, p.69) assegura que “a própria possibilidade de imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam o domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens”. Reino dinástico, comunidade religiosa e tempo cosmológico seriam as três concepções culturais fundamentais cujo declínio teria tornado plausível as comunidades modernas de tipo horizontal-secular-transtemporal.

Quanto ao termo “horizontal”, Anderson (2013, p.48) argumenta que a paulatina e irregular perda de prestígio, a partir do século XVII, de reinos dinásticos que organizavam hierarquicamente todas as esferas sociais em torno e abaixo de um centro elevado – o monarca que governava por legitimidade divina – permitiu a emergência de comunidades formadas por cidadãos que viveriam agora diante da “soberania do Estado que opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado”. Já em relação ao termo “secular”, Anderson (2013, p.47) aponta um processo através do qual, após o final da Idade Média, “as comunidades sagradas amalgamadas por antigas línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando e territorializando”. Contudo, continua Anderson (2013, p.51), “seria estreiteza pensar que as comunidades imaginadas das nações teriam simplesmente surgido a partir das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, substituindo-as”. Intimamente associado aos processos que possibilitaram pensar as comunidades como horizontais e seculares estariam ocorrendo transformações nas concepções de apreensão do tempo que teriam viabilizado

o aparecimento de comunidades transtemporais. O autor propõe, com o termo “transtemporal”, uma relação estreita entre a gênese da nação e mudanças em uma concepção da temporalidade através das quais uma perspectiva medieval de “simultaneidade-ao-longo-do-tempo” (ANDERSON, 2013, p.54), que consistiria em “uma simultaneidade de passado e futuro, em um presente instantâneo” (ANDERSON, 2013, p.54), perde espaço como referência para uma perspectiva de “tempo vazio e homogêneo, em que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário” (ANDERSON, 2013, p.54). Somente assim teria sido possível imaginar a nação como “uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente” (ANDERSON, 2013, p.56).

Para Anderson (2013, p.71), estudar os processos que teriam permitido a imaginação de comunidades horizontais-seculares-transtemporais não era o suficiente para se entender a origem do nacionalismo, sendo necessário, ainda, responder esta questão: “Por que a nação se tornou tão popular dentro desse tipo de comunidade?”. Segundo o autor, as respostas passavam pelo seguinte raciocínio. O século XVI teria presenciado processos como “a esoterização do latim, a Reforma e o desenvolvimento aleatório de vernáculos administrativos” (ANDERSON, 2013, p.73), processos estes que, somados a uma saturação do mercado composto por bilíngues que adquiriam os livros escritos em latim, teriam feito com que o setor editorial investisse na produção de livros em vernáculo que pudessem alcançar os monoglotas, então maior parte da população mundial. Esse chamado “revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo” (ANDERSON, 2013, p.73), ao formar “públicos leitores de massa e monoglotas” (ANDERSON, 2013, p.73), acabaria por contribuir para a imaginação das novas comunidades nacionais em três sentidos: ao criar “campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados” (ANDERSON, 2013, p.79); ao conferir “uma nova fixidez à língua, o que, ao longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação” (ANDERSON, 2013, p.80); e ao originar “línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores” (ANDERSON, 2013, p.81). Portanto, as novas comunidades nacionais seriam resultado de “uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana” (ANDERSON, 2013, p.78).

Do estudo acerca das origens para o estudo sobre a difusão do nacionalismo, Anderson (2013) propõe que a nação, tomada como um sistema cultural, se difunde com base em um mecanismo definido como “cópia pirata”, processo através do qual certos tipos de nacionalismo teriam se tornado modulares ao longo da história. Os três tipos de nacionalismo modulares fundamentais seriam: “nacionalismo crioulo”, “nacionalismo vernacular” e “nacionalismo oficial”.

De acordo com o mecanismo da “cópia pirata”, foram entidades políticas americanas que se colocaram como “historicamente os primeiros Estados nacionais a surgir no cenário mundial” (ANDERSON, 2013, p.82), embora o autor insista que “a ‘nação’ foi uma invenção sem patente, e seria impossível

registrar-la” (ANDERSON, 2013, p.107). Focando as ex-colônias espanholas na América do Sul, é sugerido que a resistência antimetropolitana entre o final do século XVIII e início do XIX não pode ser entendida apenas a partir de bases socioeconômicas, visto que teria motivado movimentos de independência de caráter nacional. Para o autor, certamente interesses econômicos e o contato com ideias liberais teriam influenciado o teor das críticas direcionadas à metrópole, mas no processo de construção de comunidades imaginadas como nações “o papel histórico decisivo foi desempenhado por funcionários-peregrinos e impressores locais crioulos” (ANDERSON, 2013, p.106). Os funcionários-peregrinos, através de suas limitadas jornadas pelo interior de uma unidade administrativa colonial, e os impressores crioulos, através dos jornais que produziam e eram compartilhados exclusivamente pelos leitores da respectiva localidade, se colocariam como protagonistas nos processos de criação de significados que teriam possibilitado que as unidades administrativas coloniais hispano-americanas começassem a se imaginar como comunidades nacionais soberanas e de extensão territorial delimitada.

Os nacionalismos que floresceram entre 1820 e 1920 na Europa apresentariam algumas diferenças em relação ao “nacionalismo crioulo”, sendo a mais significativa delas a relevância ideológica e política que algumas línguas impressas acabariam por adquirir no surgimento de Estados nacionais europeus. De acordo com Anderson (2013, p.112), o século XIX na Europa se mostrou a “idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo”. Sendo assim, prossegue, “as intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas, num absoluto contraste com a situação nas Américas entre 1770 e 1830” (ANDERSON, 2013, p.112). Uma segunda diferença apontada é a de que os nacionalismos europeus teriam sido construídos justamente a partir de modelos oferecidos pelos nacionalismos americanos que o precederam. No entender de Anderson (2013, p.124), em um mecanismo semelhante ao que envolvera a Revolução Francesa, experiências complexas vivenciadas pelos movimentos de independência nas Américas, “tão logo se tornaram matéria de imprensa, viraram ‘conceitos’, ‘modelos’ e até ‘projetos’”, de modo que o “nacionalismo crioulo” teria se colocado, no início do século XIX, como passível de ser copiado pelas comunidades vernacularmente imaginadas que se formavam pela Europa, impulsionando a origem de uma segunda geração de nacionalismos, classificados como “nacionalismos vernaculares”.

Modelado pelo “nacionalismo crioulo”, o “nacionalismo vernacular” tornar-se-ia, durante o século XIX na Europa, modelo para o surgimento do chamado “nacionalismo oficial”. O crescimento de prestígio dos movimentos nacionalistas de caráter linguístico e popular na Europa a partir dos anos 1820 teria motivado respostas por parte de impérios dinásticos que, até então sustentados em seu caráter divino, ignoravam a condição nacional como base de produção de legitimidade. No entanto, esses grupos dominantes, por se sentirem “ameaçados de marginalização ou exclusão de uma nascente comunidade imaginada em termos nacionais” (ANDERSON, 2013, p.150), teriam adotado estratégias políticas conservadoras tencionando a criação de identificação nacional. Por isso o “nacionalismo oficial” surgiria como produto de um “processo de modelação secundária e reacionária” (ANDERSON, 2013,

p.131), já que teria nascido como reação de grupos de poder ao crescimento dos nacionalismos populares e se baseia em medidas conservadoras modeladas justamente a partir destes nacionalismos.

O debatido até o momento acerca dos pressupostos desenvolvidos por Anderson (2013) evidencia o quão fortemente a definição de “comunidade imaginada” se encontra interligada a outras de suas elaborações teóricas. Diante dos objetivos aqui lançados, entender esse encadeamento de argumentos é um passo fundamental. Tão fundamental quanto é a compreensão de que uma das alternativas encontradas pelo Governo Médici na busca pela produção de legitimidade de caráter nacional foi a adoção de medidas visando estimular todos os cidadãos nascidos no território sob controle do Estado brasileiro a se sentirem como partes de uma mesma nação. Diversas dessas estratégias tiveram íntima relação com o futebol. A próxima seção se concentra em analisar como os investimentos materiais e simbólicos realizados pelo Governo Médici no futebol se deram em concordância com a valorização da integração nacional.

II

Tendo em vista que Médici assumiu a presidência do Brasil a 30 de outubro de 1969 e o decreto-lei número 66.118 que instituiu a Loteria Esportiva Federal foi assinado pelo mesmo a 26 de janeiro de 1970, entende-se que embora o processo para a regulamentação da Loteria Esportiva tenha sido iniciado durante o mandato presidencial anterior, exercido por Costa e Silva, a sua instituição assinala uma das primeiras aproximações entre o Governo Médici e o futebol.

Administrada pela Caixa Econômica Federal, a Loteria Esportiva consiste em concursos de prognósticos de resultados de competições esportivas em que o apostador adquire o direito de participar mediante a compra de um bilhete. Mesmo compreendendo que um dos objetivos da Loteria Esportiva tenha sido a obtenção de recursos para os cofres públicos, não se deve limitar esta discussão a questões materiais, como pertinentemente sugerem Fino e Hintze (2017, p.287):

o grande interesse em promover a adesão da população ao jogo não era apenas, como inicialmente poderia parecer, o consumo material da Loteria. O consumo simbólico era o seu maior propósito, pois, consumindo a loteria o povo estaria ‘consumindo’ e partilhando valores do Estado.

Um dos valores mais caros ao Governo Médici naquele então era a integração nacional e o consumo da Loteria Esportiva contribuiria para o compartilhamento do sentimento de que a nação estaria integrada. Um primeiro ponto a se destacar quanto à participação da Loteria Esportiva neste sentido seria o desejo governamental por envolver o maior número possível de cidadãos com as apostas, o que pode ser argumentado tanto pelo decreto de que os concursos deveriam ser realizados em todo o território nacional, quanto pelo conteúdo das propagandas oficiais. Fino e Hintze (2017, p.268), com o

intuito de “investigar quais foram os objetivos e algumas das estratégias utilizadas pelo governo federal para a adesão da população pelo uso das Loterias Esportivas”, afirmam o seguinte sobre as publicidades oficiais:

Assim como no futebol, o texto buscava alcançar 100% de adesão à Loteria Esportiva, primeiro, explicando de maneira simples, como realizar as apostas e segundo, buscando ampliar o número de apostadores a todos os brasileiros, mesmo os não aficionados por futebol (ao ampliar aos que não “gostassem” ou não “entendessem” de futebol) (FINO; HINTZE, 2017, p.274).

Um segundo ponto a esse respeito se volta para a forma como o jogo da Loteria Esportiva em si era organizado. Em cada concurso, o apostador deveria realizar prognósticos sobre resultados de competições esportivas, em sua maioria envolvendo times brasileiros de futebol. Ocorre que como as partidas selecionadas para fazer parte dos concursos incluíam times de todas as regiões do país, os apostadores acabavam não podendo se limitar a acompanhar exclusivamente o que acontecia com os times dos seus próprios Estados, sendo motivados a adquirir conhecimentos futebolísticos em escala nacional. Ou seja, como nota Chaim (2014, p.105), “um apostador do Rio Grande do Sul teria que saber minimamente as possibilidades de um clube do Amazonas de vencer um jogo, e vice-versa”.

O discutido até o momento apenas começa a preparar o terreno para a compreensão de afirmações como a de Santos (2012, p.90), para quem a Loteria Esportiva era a “integração nacional através das apostas”, e a de Fino e Hintze (2017, p.276), de que “a Loteria Esportiva proporcionou a reafirmação e a materialização do discurso da ‘integração nacional’ pelo futebol brasileiro”. Para que essas afirmações surjam com o devido peso, é necessário debater a relação entre os recursos gerados pela Loteria Esportiva e a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes, relação esta assim exposta por Ferreira (2014, p.42):

Os recursos advindos da Loteria Esportiva foram o patrocínio mais importante do governo, em se tratando do futebol. Com esse patrocínio, e articulada à política de integração nacional, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) passou a organizar o Campeonato Brasileiro a partir de 1971, com vinte clubes.

Chaim (2014, p.104-106) possui uma seção em sua pesquisa intitulada “Futebol como mecanismo para a promoção da Integração Nacional”, seção esta que se dedica à análise das primeiras edições do Campeonato Brasileiro de Clubes, torneio criado em 1971. Como via para estudar a participação do Governo Médici na criação e consolidação do Campeonato Brasileiro, Chaim (2014) recorre às edições realizadas entre 1967 e 1970 do Torneio Roberto Gomes Pedrosa.

Até a edição de 1966, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa contava apenas com times do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas, a partir de 1967, passou a receber clubes de outros Estados. Na edição de 1967, times de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul estiveram ao lado de cariocas e paulistas, enquanto representantes da Bahia e de Pernambuco participaram da

competição nos três anos seguintes, totalizando sete Estados envolvidos e 17 times por edição. Chaim (2014, p.106) define o Torneio Roberto Gomes Pedrosa como “um torneio excludente já em sua própria concepção, que era reunir num só certame os clubes mais fortes do país, tanto pelo aspecto técnico quanto pelo aspecto financeiro – este último medido pelas rendas atingidas durante os jogos”. Além do mais, continua Chaim (2014, p.107), havia também a necessidade de um rígido controle em relação à quantidade de times participantes e à localização destes, visto que “os clubes de futebol não contavam com fontes externas de financiamento que lhes bancassem, por exemplo, as viagens pelo país, os salários de jogadores, a manutenção de estádios, além de outros gastos operacionais”.

Em 1971, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa deu lugar ao chamado Campeonato Brasileiro, verificando-se uma alteração de nome que, no entender de Chaim (2014, p.106), “refletia a mudança da premissa que norteava sua razão de ser”. Enquanto “a ideia que orientava a realização do ‘Robertão’ era o alto rigor técnico e econômico para a seleção dos clubes que dele participariam” (CHAIM, 2014, p.107), o Campeonato Brasileiro teria surgido guiado por novos valores, dentre os quais se destacaria a ideia de integração nacional.

Santos (2012, p.6), mirando “analisar como o Campeonato Brasileiro de Clubes de Futebol – desde sua gênese – está correlacionado com o projeto político do governo militar que chegou ao poder através do golpe civil-militar de 1964”, destaca que um dos pontos mais concretos dessa correlação se encontra no fato de que a CBD, que entre 1968 e 1970 promoveu o Torneio Roberto Gomes Pedrosa com recursos gerados pelos próprios clubes participantes, pôde contar com financiamento público para a organização do Campeonato Brasileiro. Mais detalhadamente, os recursos públicos investidos no Campeonato Brasileiro a partir de 1971 viriam da Loteria Esportiva e se destinariam principalmente ao pagamento das viagens aéreas dos times participantes.

Se o formato da primeira edição do Campeonato Brasileiro, em 1971, apresentou poucas alterações em relação à última edição do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, contando apenas com o acréscimo de três times (totalizando agora 20 participantes) e a adição de um Estado representado (o Ceará, totalizando oito), as edições seguintes sinalizariam que um dos objetivos-chave dos organizadores seria oferecer ao torneio maior abrangência nacional. Assim, a edição de 1972 envolveu 26 times de 13 Estados, e a edição seguinte, em 1973, apresentou um total de 40 participantes de 20 Estados diferentes. Avaliando esses números, Chaim (2014, p.116) propõe que se por um lado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, fortemente dependente das rendas das partidas, precisava selecionar os times convidados a partir de rigorosos critérios técnicos, financeiros e de localização, por outro, “o número de clubes participantes do ‘Nacional’ aumentava conforme o governo disponibilizava uma verba maior para sua realização”. Isso teria sido fundamental para que o Campeonato Brasileiro adquirisse maior abrangência nacional do que o torneio que o antecedeu. Ainda para Chaim (2014, p.114):

Se o RGP [Roberto Gomes Pedrosa] era autossustentável, o Campeonato Brasileiro não era. Muito pelo contrário, o

'Nacional' era absolutamente dependente do dinheiro provindo da Loteria Esportiva, um programa governamental. Portanto, se os clubes da periferia brasileira conseguiram ingressar no 'Nacional', isso se deveu principalmente ao investimento feito pelo governo federal para que o futebol operasse também como instrumento para a integração nacional.

Aprofundando a discussão sobre a expansão do Campeonato Brasileiro, observa-se que os critérios para a seleção dos clubes participantes não eram esportivamente objetivos, tornando possível, por exemplo, que o atual campeão de um dado Estado não fosse convidado pela CBD para participar da competição. Diante desse panorama, os períodos que antecipavam o anúncio dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro teriam se mostrado politicamente intensos na CBD, com o então presidente da entidade, João Havelange, sendo constantemente procurado por dirigentes de federações estaduais e de clubes, além de políticos das mais diferentes esferas. Daí a conclusão de Santos (2012, p.88) de que “participar do Campeonato Brasileiro transformou-se em uma questão política, e governadores associaram-se a dirigentes de clubes para fazer pressão por seus times”. Mais ponderado, Chaim (2014, p.114) não nega que as decisões da CBD eram influenciadas por pressões políticas, mas relativiza a força destas e assegura que “os clubes de estados da ‘periferia’ brasileira não eram admitidos no Campeonato exclusivamente por meio de lobby político na CBD”.

Chaim (2014, p.108) continua sua argumentação apontando que, por mais nebulosos que fossem os critérios de seleção dos times participantes, era possível perceber que “a CBD brindava com um convite para a disputa do Campeonato Nacional os estados cujos dirigentes esportivos haviam se empenhado para a construção de grandes estádios”. No que se refere à exigência de grandes centros esportivos para poder participar do Campeonato Brasileiro, a edição de 1972 seria emblemática, dado que dos cinco Estados representados que foram acrescentados em relação à edição de 1971, quatro (Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte e Sergipe) tinham inaugurado um estádio com capacidade para mais de 50 mil torcedores havia no máximo três anos, sendo os três primeiros da lista durante o Governo Médici. Por isso Chaim (2014, p.107) conclui que, em relação ao Campeonato Brasileiro, “o primeiro ano no qual o ‘passo’ no sentido da integração nacional seria sentido com mais intensidade foi 1972”.

Além dos Estados supracitados, dois outros – Mato Grosso e Pernambuco – também viram a inauguração de estádios de futebol durante o Governo Médici. O fato de todos os cinco grandes estádios inaugurados no Governo Médici se localizarem nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país indica o quanto a construção desses centros esportivos caminhava em concordância com a proposta de criar um sentimento de integração nacional, o que se torna ainda mais notório diante de lembrança de que a primeira edição de caráter nacional do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, em 1967, contara apenas com times das regiões Sul e Sudeste do país. Neste sentido, Ferreira (2014, p.42) argumenta que assim como os recursos oriundos da Loteria Esportiva foram cruciais para que o Campeonato Brasileiro pudesse se expandir país afora, outros incentivos

foram direcionados também para os Estados da federação para a construção de equipamentos esportivos, numa época em que muitas capitais inauguraram seus estádios de futebol, em sua maioria com doação de terreno e isenção fiscal dos governos municipais e estaduais.

Mais particularmente em relação à construção do Estádio Pedro Pedrossian, popularmente conhecido como Morenã e localizado na cidade de Campo Grande (à época pertencente ao Estado do Mato Grosso), Ferreira (2014, p.169-184) dedica toda uma seção de sua pesquisa, intitulada “Futebol como sinônimo de modernidade e integração nacional: o surgimento do Morenã”. Através de análises de conteúdos produzidos pela mídia, o autor argumenta que o caso do estádio campo-grandense é representativo de como os investimentos governamentais na construção de centros futebolísticos foram guiados pela ideia de integração nacional:

O projeto militar de integração dos estados do interior do país foi preocupação recorrente, assim como levar a mensagem “progressista” aos mais distantes rincões brasileiros. [...] Nesse sentido, a construção de espaços esportivos e o incentivo à prática do futebol nas regiões mais afastadas do eixo Rio-São Paulo foram recorrentes nos idos de 1970 e Campo Grande, com o estádio universitário, foi apenas um exemplo significativo dessa política (FERREIRA, 2014, p.171).

Pouco acima foi argumentado que a edição de 1972 do Campeonato Brasileiro seria emblemática ao se tratar a relação entre a proliferação de novos estádios país afora e o estímulo à construção do sentimento de integração nacional. Ainda acerca dessa relação, tão emblemático quanto o Campeonato Brasileiro foi a Taça Independência de 1972, uma competição entre seleções nacionais conjuntamente organizada pela CBD e que fez parte do programa oficial de comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. A Taça Independência, também chamada Minicopa ou Supercopa, foi realizada entre junho e julho de 1972, com a participação de 20 seleções nacionais e partidas disputadas em 12 estádios localizados em 10 Estados diferentes, englobando todas as cinco regiões do país.

No entender de Cordeiro (2012, p.140) “o *sentimento nacional* estimulado pelas festas do *Sesquicentenário* baseava-se na euforia provocada pelo Milagre brasileiro, pela grandeza do país, pela sua capacidade de realização”, de modo que a organização da Taça Independência de 1972 iria ao encontro dos projetos governamentais que objetivavam demonstrar que o Brasil seria capaz de realizar feitos grandiosos. Não à toa os responsáveis pela organização da Taça Independência decidiram promover um torneio com mais participantes e estádios-sede do que qualquer edição da Copa do Mundo até então realizada. Ainda para Cordeiro (2012, p.140):

Nesse sentido, o Torneio Independência, de acordo com o espírito megalômano que tomou conta do país naquele ano de Sesquicentenário, era apresentado como a grande obra do presidente da CBD e também como o maior torneio já promovido por um único país.

Contextualizando, Cordeiro (2012, p.141) argumenta que além de se inserir “no que podemos chamar de espírito do Sesquicentenário – sendo este a síntese do espírito de uma época em que governo e segmentos expressivos da sociedade se empenhavam na construção de um país vencedor”, a Taça Independência seria uma estratégia adotada pelo governo para tentar manter viva a euforia que teria sido proporcionada pela conquista da seleção brasileira da Copa do Mundo de 1970. Assim, partindo da constatação de que o futebol apresenta grande potencial de mobilização no Brasil, Cordeiro (2012, p.142) acredita que “o espetáculo que se verificou em 1970 reforçava sua capacidade de traduzir a *alma nacional* e de reunir *sentimentalmente* a nação”. Prosseguindo, a autora julga que “o Torneio de 1972 era, sob este aspecto, uma tentativa de prolongar o êxito – inclusive em termos políticos – que a Copa de 1970 trouxe para o Brasil” (CORDEIRO, 2012, p.142).

Com efeito, um ponto comum entre os estudos que analisam a participação do Governo Médici na organização da Taça Independência de 1972 é a visão de que este evento buscava o prolongamento do otimismo que teria sido deflagrado pelo título mundial da seleção brasileira em 1970, o terceiro vencido na sua história. Conforme Ferreira (2014, p.191), “o intuito governamental foi além da homenagem ao Sesquicentenário da Independência brasileira, desejava-se continuar a atmosfera de euforia vivida após a conquista do Tri, em 1970”. Concordando com Cerri (1972, p.202, apud, ALMEIDA, p.60) – para quem a Taça Independência se fundamentava em buscar a “reedição e os resquícios do delírio nacional pela conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970” –, Almeida (2009, p.60) crê que a organização do torneio “pretendia prolongar a ‘euforia coletiva’ que tomou conta da sociedade brasileira após a vitória sobre a Itália no Estádio Azteca, visto que isso favoreceria não só à propaganda oficial, mas também aos demais objetivos estatais da época”. Neste ponto, é crucial ressaltar que o Governo Médici não teria adotado apenas estratégias associadas à seleção brasileira no sentido de prolongar a euforia pós-Copa do Mundo de 1970, como destaca Chaim (2014, p.159) ao estudar o futebol a nível de clubes:

durante a gestão Médici, houve um esforço para prolongar e ampliar pelo maior tempo possível o estado de ‘êxtase’ vividos pela população devido ao esporte. A ampliação do Campeonato Brasileiro, a instituição e difusão da Loteria Esportiva [...] são evidências disso.

Pois bem, se um dos objetivos da Taça Independência era o alongamento do otimismo que teria sido gerado pelo triunfo da seleção brasileira em 1970, seria fundamental que os organizadores do evento tivessem em mente a ideia de integração nacional, pois o Governo Médici havia investido fortemente na significação do título de tricampeão mundial como uma façanha a ser celebrada por todos os brasileiros, e não apenas por alguns. De fato, o Governo Médici havia buscado encorajar a construção do sentimento de integração nacional não apenas através da exaltação da conquista do título, mas também ao proporcionar a um grande número de brasileiros a oportunidade de acompanhar, ao vivo, via televisão, toda a trajetória da seleção brasileira na

Copa do Mundo realizada no México. Quanto a isso, Magalhães (2013, p.100) ressalta que “Médici fez questão de mostrar ao povo que o governo garantiu a possibilidade de ver os jogos da seleção ao vivo, tanto pela transmissão – que dependeu de interferências públicas pelos altos gastos – como pela possibilidade de comprar televisores”. Ainda a propósito dos investimentos governamentais para o desenvolvimento de tecnologia na área de telecomunicações tencionando alimentar o sentimento de comunhão nacional, Guterman (2006, p.117) elabora o seguinte raciocínio acerca da transmissão televisiva dos jogos da seleção brasileira no México:

a transmissão reforçou o caráter ‘nacional’ do país em construção pelo regime: 16 Estados da Federação, além do Distrito Federal, receberam as imagens da Copa, contribuindo para a sensação de unidade que a ditadura pretendia. Ao testemunhar um jogo da seleção pela TV, o torcedor de São Paulo sabia que, naquele exato momento, outro torcedor como ele fazia o mesmo no Rio Grande do Norte. Era como se todos os brasileiros estivessem no estádio.

Voltando à Taça Independência de 1972, diante do que seria um desejo governamental de renovar os momentos de euforia motivados pela Copa do Mundo de 1970, seria crucial então que os brasileiros outra vez tivessem a possibilidade de compartilhar a experiência proporcionada pela transmissão televisiva dos jogos da seleção brasileira. Por isso não surpreende o apontamento de Almeida (2009, p.104) de que “a CBD liberou as emissoras de televisão para exibirem todos os jogos do Torneio para todo o país”. Ocorre que, apesar de as transmissões televisivas da Taça Independência de 1972 terem alcançado ainda mais cidadãos brasileiros do que as transmissões da Copa do Mundo dois anos antes, elas não poderiam ser a única alternativa dos organizadores do evento no sentido de estímulo à comunhão nacional por dois motivos.

Primeiramente, a Copa do Mundo de 1970 havia sido sediada pelo México, fazendo com que as transmissões televisivas ao vivo se colocassem como uma alternativa convergente com as então valorizadas ideias de progresso e integração nacional pelos meios de comunicação, ao passo que a Taça Independência de 1972 seria realizada no Brasil, tornando necessário que os cidadãos brasileiros fossem convidados a participar do evento não apenas via televisão, mas também nas arquibancadas dos estádios. Depois, tem-se que, de acordo com o ambiente proporcionado pelos dois principais eventos do Sesquicentenário da Independência – a peregrinação por todas as capitais do país dos despojos de D. Pedro I e os Encontros Cívicos Nacionais, que convocavam os brasileiros de todos os Estados a cantarem simultaneamente o Hino Nacional no dia 21 de abril –, a Taça Independência de 1972 precisaria encontrar uma forma de convidar o maior número de brasileiros o possível para participar da festa de corpo presente. Por isso os esforços do Governo Médici e da CBD em organizar a Taça Independência com partidas em estádios distribuídos por 10 Estados de todas as regiões do país. Apenas assim, conclui Cordeiro (2012, p.141), “o Torneio se transformava também na metáfora de outro importante objetivo do governo Médici e que perpassou toda a comemoração do Sesquicentenário: a integração nacional”.

Ainda a propósito da participação estatal na organização da Taça Independência, Almeida (2009, p.104) assegura que o governo “auxiliou decisivamente na efetivação do certame internacional, através da liberação de verbas e da aceleração das obras de diversos estádios por todo o país”. Mais particularmente sobre o campo-grandense Estádio Pedro Pedrossian, Ferreira (2014, p.179) afirma que João Havelange, então presidente da CBD, durante seu discurso na cerimônia de inauguração, “destacou a importância do estádio, que serviria para o Campeonato Nacional de Clubes, hoje conhecido como Brasileirão, e também para torneios internacionais como a Copa do Sesquicentenário, que seria realizada em 1972”. Seguindo a mesma linha, Chaim (2014, p.123) comenta sobre a construção do Estádio Vivaldo Lima, na cidade de Manaus (AM):

O caso do estado do Amazonas ilustra bem a função de integração nacional exercida também pela Mini Copa. Este estado nunca tinha visto um representante seu na disputa do Campeonato Brasileiro – a primeira vez seria justamente em 1972. Mesmo assim, foi selecionado para receber jogos válidos pela ‘Taça Independência’, tendo recebido investimentos do governo para que seu estádio pudesse efetivamente entrar no mapa do torneio.

Desde o financiamento para a construção de estádios e o desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações até a organização de competições envolvendo clubes brasileiros e seleções nacionais, passando pela instituição da Loteria Esportiva, o Governo Médici buscou no futebol as mais diferentes alternativas desejando despertar nos brasileiros o sentimento de que todos os cidadãos sob controle legal do Estado faziam parte de uma mesma nação. Sem negar as dimensões política, econômica e geográfica da nação, é de confiança que os aspectos culturais assumem protagonismo no estudo das estratégias adotadas pelo Governo Médici aqui discutidas. Neste norte, a próxima seção discute essas estratégias através da lente desenvolvida por Anderson (2013) para uma análise cultural da nação, buscando aprofundar o diálogo com a definição do autor de nação como uma “comunidade imaginada”.

III

A introdução de *Representing the Nation: A Reader: Histories, Heritage and Museums* (1999), destaca que o final do século XX teria se mostrado um período de crescente interesse na nação por parte das análises culturais, caso da própria coletânea que apresentava: “Thus our emphasis is upon cultural aspects of the nation – the ways in which our sense of nationhood and of national identity arises from arrangements of meaning-making, from symbolic practices” (EVANS, 1999, p.2). A autora sugere que as análises culturais enxergam as pessoas não apenas como cidadãs legais de uma nação, mas também como compartilhadoras de produtos e práticas culturais, constituindo-se, assim, em integrantes de uma mesma comunidade simbólica. Seria neste ponto que os pressupostos de Anderson se mostrariam frutíferos

para o entendimento da nação, já que, para o autor, tratar as nações como artefatos culturais seria se preocupar com os meios através dos quais as pessoas se imaginam como integrantes de uma mesma comunidade. Evans (1999, p.1) expõe da seguinte maneira o ponto de convergência entre a tese de Anderson, seus próprios argumentos e os textos presentes na coletânea que introduz: “Here, we follow Benedict Anderson's argument that nations are best viewed as particular ways of ‘imagining’ bonds of human solidarity”.

Um dos eixos centrais da proposta de Anderson de pensar as nações como “comunidades imaginadas” se encontra no conceito de representação. Como apropriadamente observa Smith (2003), a sugestão de se realizar uma análise cultural segundo a qual a imaginação da nação e a produção de representações são processos entrelaçados se mostra como uma das propostas mais inovadoras de Anderson:

That nations, like other large communities, are imagined is, as Anderson notes, a fairly common notion. What makes it novel is its link with representation. That which is imagined can, and has to be, re-presented, if it is not to remain in the purely private realm of the individual's mental processes (SMITH, 2003, p.136).

Falando mais particularmente acerca dos estudos presentes na coletânea que introduz, Evans (1999, p.2) propõe que os diferentes estilos em que as nações são imaginadas ganham contornos mais palpáveis através de um conjunto de produtos e práticas culturais que as representam: “The point about ‘imagining’ is that nations have to be imagined in a particular and selective style, which, as our readings show, achieves tangible and symbolic form in the traditions, museums, monuments and ceremonies in which it is constructed”. Reforçando seus argumentos, Evans (1999, p.2) conclui:

What it means to be and feel Australian, American, Jamaican or English, for example, is bound up with the ways those nations and regions are made tangible through repeated and recognizable symbolic forms, narratives and communicative styles – in short, the sum of cultural representations that go to make up the achievement of a national identity.

Tomando como base o desenvolvido por Anderson (2013) acerca da imaginação da nação e as observações de Smith (2003) e Evans (1999), entende-se que discutir a participação das estratégias implementadas pelo Governo Médici associadas ao futebol no processo de construção da nação brasileira se aproximando da definição de nação como uma “comunidade imaginada” significa, de certa forma, compreender as mencionadas estratégias como meios através dos se buscou produzir representações sobre a nação brasileira. Levando o pensamento adiante, afirma-se que um valor-chave que guiava esse processo de produção de representações acionado pelo Governo Médici era a busca por criar o sentimento de integração nacional, questão sobre a qual o conceito de “nacionalismo oficial” tem muito a acrescentar.

Anderson (2013, p.131) compreende “nacionalismo oficial” como um conjunto de medidas adotadas por grupos de poder de caráter dinástico no

século XIX com o intuito de “esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império”, tendo em vista a procura por adquirir legitimidade de caráter nacional. De maneira convergente, uma das alternativas encontradas pelo Governo Médici na busca pela produção de legitimidade de caráter nacional foi a adoção de estratégias que tencionavam motivar todos os cidadãos nascidos no território sob regulamentação do Estado brasileiro a se sentirem integrantes de uma mesma nação.

Os modos através dos quais as estratégias adotadas pelo Governo Médici aqui discutidas procuravam estimular o sentimento de integração nacional podem ser abordadas a partir de três perspectivas. A primeira perspectiva enfoca a questão territorial, em relação à qual destacam-se a comercialização da Loteria Esportiva em todos os Estados do país, a expansão do Campeonato Brasileiro até o ponto em que 20 Estados se envolveram com a edição de 1973, a inauguração de estádios de grande porte nas regiões que menos ou sequer os tinham – Centro-Oeste, Nordeste e Norte –, a transmissão televisiva de partidas da Copa do Mundo de 1970 para 16 Estados e Distrito Federal e da Taça Independência para todo o país, e a realização deste último torneio em estádios distribuídos por todas as regiões. A propósito desses processos mencionados, permite-se argumentar que eles surgem como meios através dos quais o Governo Médici produziu representações sobre a nação visando despertar em cada cidadão o sentimento de que a nação brasileira era uma comunidade cujos limites coincidiam exatamente com os limites físicos de todo território sob a regulamentação do Estado.

A segunda perspectiva se concentra nos clubes, pois é fundamental observar que a expansão do Campeonato Brasileiro não apenas leva partidas do torneio para diferentes Estados do país, mas faz com que os clubes destes Estados participem de um evento de caráter nacional, o que definitivamente é um processo que produz significados diferentes. O que se deseja argumentar é que com a expansão do Campeonato Brasileiro, os torcedores, ao acompanharem seu time de preferência – via rádio, televisão, jornal, revista ou mesmo indo aos estádios –, passam a entrar em contato com cores, uniformes, jogadores, mascotes, escudos e outros símbolos de clubes adversários de diferentes regiões. Apesar de os símbolos clubísticos não serem propriamente nacionais (embora em alguns contextos até possam ser apropriados como tais), entende-se que o reconhecimento de símbolos os mais diversos, por parte de torcedores de clubes tão diversos quanto, reforça a construção de uma comunidade de caráter nacional no sentido de que estes se constituem como símbolos de clubes integrantes de uma mesma nação. A mesma linha de pensamento pode ser acionada para discutir a formatação da Loteria Esportiva, que incluía times de todos os Estados do país, fazendo com que os apostadores tivessem que conhecer as chances de clubes de todas as regiões para aumentar as possibilidades de ganhar no jogo. Portanto, compreende-se que tanto o Campeonato Brasileiro quanto a Loteria Esportiva consistem em produtos culturais através dos quais o Governo Médici construiu representações desejando incentivar nos brasileiros o sentimento de que faziam parte de uma mesma comunidade na medida em que, independentemente das fronteiras estaduais que os separavam, certos símbolos e conhecimentos deveriam ser identificados e até compartilhados por membros de toda a nação.

A terceira perspectiva abarca a seleção brasileira. No Brasil, desde pelo menos a década de 1930, observa-se um processo de construção social da seleção brasileira de futebol como metáfora e metonímia da nação. Tal processo, com intensidade variável, envolve uma grande diversidade de agentes que transitam por diferentes domínios sociais, cada qual com suas próprias motivações e estratégias. O interesse aqui é explorar apenas uma dessas estratégias: o investimento por parte do Governo Médici em infraestrutura de telecomunicações que possibilitou, primeiro, que a vitoriosa trajetória da seleção brasileira de 1970 fosse assistida via televisão por brasileiros presentes em 16 Estados além do Distrito Federal, e, segundo, que as partidas da Taça Independência de 1972 fossem televisionadas para todos os Estados do país. Quanto a essa questão, entende-se que as transmissões televisivas das partidas da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 e na Taça Independência de 1972 se erguem como meios encontrados pelo Governo Médici que, ao possibilitarem aos brasileiros o compartilhamento de experiências simultâneas, produziam representações que os estimulavam a se sentirem integrantes de uma mesma comunidade nacional.

Muitos e diversos podem ser os pressupostos que guiam uma análise da nação. Aqui, o estudo da relação entre as estratégias adotadas pelo Governo Médici associadas ao futebol e o processo de construção da nação brasileira foi norteado por dois conceitos-chave elaborados por Anderson (2013): “imaginação” e “nacionalismo oficial”. Se por um lado a aproximação às ideias de Anderson contribui significativamente para tornar mais densa a discussão acerca das referidas estratégias, por outro lado este movimento não parece ser suficiente. Afirma-se isso com base na compreensão de que algumas das ideias desenvolvidas por Anderson (2013) se mostram um tanto quanto rígidas e reducionistas. Neste sentido, dado que a definição de nação como uma “comunidade imaginada” não pode ser isolada de outras elaboações teóricas do autor, acredita-se que o movimento inicial de aproximação aos pressupostos de Anderson realizado nesta seção exige, como complemento, um movimento de flexibilização que vislumbre colaborar para tornar a ideia de “comunidade imaginada” mais dinâmica e contextual.

IV

Como discutido há algumas páginas, Anderson (2013) propõe que a ideia de nação, tomada como um sistema cultural, é capaz de se difundir por diferentes espaços e tempos devido ao mecanismo chamado “cópia pirata”. Com isto em mente, quando se dedica a estudar o processo através do qual territórios coloniais na África e na Ásia teriam se transformado, ao longo do século XX, em Estados nacionais, Anderson (2013, p.163) o faz apoiado na afirmação de que estas nações teriam características que “seriam incompreensíveis a não ser como sucessoras dos modelos que abordamos anteriormente”. Em outros termos, o que Anderson (2013, p.167) argumenta é que os líderes nacionalistas africanos e asiáticos que surgiram em um contexto de dominação imperial europeia, invariavelmente alfabetizados e bilíngues, tiveram acesso, “através da língua oficial europeia, à cultura ocidental moderna no sentido mais amplo e, em particular, aos modelos de

nacionalismo, condição nacional [*nation-ness*] e Estado nacional criados em outros lugares no decorrer do século XIX”. Isto posto, o novo “nacionalismo colonial” do século XX seria fruto de um processo em que se encontram características nos moldes do “nacionalismo crioulo” – instituições republicanas, ideia de cidadania e línguas oficiais europeias –, do “nacionalismo vernacular” – partidos políticos e entusiasmo popular –, e do “nacionalismo oficial” – controle sistemático dos meios de comunicação, dos centros administrativos e do desenvolvimento militar e educacional.

Afirmações como as de que o caráter modular do nacionalismo “impunha certos ‘padrões’ que impossibilitavam desvios acentuados” (ANDERSON, 2013, p.125) e que certas características eram comuns a diferentes nacionalismos porque “o modelo conceitual assim o exigia irretorquivelmente” (ANDERSON, 2013, p.126) fornecem à “cópia pirata” um caráter fortemente impositivo que acabaria por gerar lacunas caso o estudo das estratégias adotadas pelo Governo Médici seguisse integralmente o proposto pelo autor sobre o “nacionalismo oficial”. Por isso, procurando tornar mais flexível a definição de nação como uma “comunidade imaginada”, entende-se que um primeiro conceito que necessita ser visto de forma mais complexa é o de “cópia pirata”, conceito este que Chatterjee problematiza desde o intrigante título de seu artigo *Comunidade Imaginada por quem?* (2000).

Logo na introdução de seu texto, Chatterjee (2000, p.229), contestando o que enxerga como caráter impositivo da tese da “cópia pirata”, oferece a sua questão-título ares de pergunta retórica: “Se os nacionalismos do resto do mundo têm que escolher suas comunidades imaginadas entre certas formas ‘modulares’, já colocadas a seu dispor pela Europa e pelas Américas, que lhes resta imaginar?”. Com essa pergunta, o autor começa a negar o argumento-base do processo de “cópia pirata” de que a única alternativa para os nacionalismos do século XX seria copiar os modelos disponibilizados pelos nacionalismos desenvolvidos anteriormente na Europa e América.

De acordo com Chatterjee (2000, p.229), a rigidez que caracteriza a “cópia pirata” surge por esta considerar, “de um modo excessivamente literal e demasiadamente sério, que as reivindicações do nacionalismo são um movimento *político*”. Enquanto Anderson (2013) propõe que o emblema da soberania de uma comunidade imaginada como nação é o Estado, Chatterjee (2000, p.230) toma outra direção e, separando soberania nacional de soberania política, vai argumentar que “o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania, dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar sua batalha política contra o poder imperial”. Na interpretação de Chatterjee (2000), os nacionalismos anticoloniais na África e Ásia alcançam sua soberania através de um mecanismo que divide o mundo social em dois domínios: o material e o espiritual. O domínio material, que também é chamado pelo autor de domínio externo, seria aquele

da economia e da política, da ciência e da tecnologia, um campo em que o Ocidente teria provado sua superioridade e em que o Oriente sucumbiu. Nesse campo, portanto, a superioridade ocidental teve que ser reconhecida, e suas realizações, criteriosamente estudadas e reproduzidas (CHATTERJEE, 2000, p.230).

Já o domínio espiritual, ou domínio interno, prossegue o autor, seria aquele que “traz as marcas ‘essenciais’ da identidade cultural. Quanto mais sucesso se obtém na imitação de aptidões ocidentais no campo material, maior a necessidade de preservar a singularidade da cultura espiritual” (CHATTERJEE, 2000, p.230). Seria justamente com o intuito preservação da singularidade cultural que o nacionalismo anticolonial, declarando sua soberania no domínio espiritual, isolaria este domínio da influência do Estado colonial e buscaria a criação de “uma cultura nacional ‘moderna’ que, não obstante, não seja ocidental” (CHATTERJEE, 2000, p.230). Nesta linha, Chatterjee (2000, p.231) conclui sobre o que chama de domínio espiritual: “Se a nação é uma comunidade imaginada, então é nesse ponto que ela nasce. Nesse, que é seu campo verdadeiro e essencial, a nação já é soberana, mesmo quando o Estado está nas mãos do poder colonial”.

Concordando que o processo de difusão modular se desenhava como demasiadamente inflexível, Desai (2009) afirma que embora líderes nacionalistas no século XX até pudessem acionar conhecimentos de movimentos ocorridos em lugares diferentes e tempos passados, este acionamento não apresentava um caráter de cópia. Para a autora, líderes nacionalistas sempre teriam se encontrado diante de circunstâncias históricas únicas, de modo que os nacionalismos surgidos nos contextos em que atuavam não poderiam emergir de forma separada destas circunstâncias. Assim, conforme Desai (2009, p.11), o papel dos líderes nacionalistas no processo de criação da nação seria o seguinte: “They had to fashion nationalisms out of an equally unique set of resources offered by history”.

Para Desai (2009), as convergências existentes entre alguns nacionalismos observadas ao longo do tempo se relacionam às similaridades de circunstâncias encontradas pelos líderes destes movimentos em diferentes contextos, não sendo, portanto, resultado da “cópia pirata”. Entretanto, continua a autora, nem mesmo circunstâncias históricas comuns seriam suficientes para permitir a compreensão da construção da nação sem que fossem levados em consideração a criatividade dos líderes nacionalistas – “Within the parameters of such structural similarities, however, nationalists could be more or less creative and more or less effective in accomplishing their tasks” (DESAI, 2009, p.11) – e os interesses particulares dos membros das classes populares. Conforme a autora, as respostas positivas que as classes populares dão aos movimentos nacionalistas apresentariam uma relação direta com o interesse dos indivíduos envolvidos:

people responded to such ‘invitation cards’ on the basis of their understanding of the gains being offered – prosperity or equality, land or electricity, jobs or dignity, peace or revenge – not because they were sold on the idea of being nations in the image of some other nations (DESAI, 2009, p.11).

Chatterjee (2000, p.229) confia que “os resultados mais poderosos e mais criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em uma identidade, mas em uma *diferença* em relação às formas ‘modulares’ da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno”. Por essas e outras, o autor se sente seguro para contestar a imposição de que o “nacionalismo

não tem alternativa a não ser escolher suas formas entre a galeria de ‘modelos’ oferecidos pelos Estados nacionais europeus e americanos” (CHATTERJEE, 2000, p.234). Mais do que concordar com a reivindicação pelo direito dos colonizados de imaginarem – dir-se-ia representarem – sua própria nação, Desai (2009) acrescenta que os nacionalismos são produtos que envolvem circunstâncias históricas específicas, a criatividade dos líderes nacionalistas e os interesses particulares das classes populares. Caminhando por essa estrada, entende-se que estudar os significados atribuídos ao futebol no Brasil vai ao encontro das críticas que problematizam o mecanismo de “cópia pirata” ao evidenciar certas singularidades do processo de construção da identidade brasileira, singularidades estas que são objeto de análise da Antropologia do Esporte no Brasil desde suas primeiras pesquisas, como ilustra o já clássico texto *Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro* (1982), de autoria de Roberto DaMatta.

De fato, a própria participação do futebol no processo de construção da identidade nacional por si só já poderia ser pensada como uma das singularidades do caso brasileiro. É o que sugere DaMatta (1982, p.29), que, se ancorando em uma perspectiva multivocal segundo a qual “o futebol é um objeto social complexo e que pode ser socialmente apropriado de vários modos em diferentes sociedades”, sugere a existência de contrastes entre os significados adquiridos pelo futebol nas sociedades inglesa, norte-americana e brasileira, concluindo que, diferente do que ocorre nas duas primeiras, no Brasil o futebol se coloca como uma fonte básica de identificação nacional e integração social:

Se, de fato, carnaval, religiosidade e futebol são tão básicos no Brasil, tudo indica que diferentemente de certos países da Europa e América do Norte, nossas fontes de identidade social não são instituições centrais da ordem social, como as leis, a Constituição, o sistema universitário, a ordem financeira, etc., mas certas atividades que nos países-centrais e dominantes são tomadas como fontes secundárias e liminares de criação de solidariedade e identidade social. Assim, é a música, o relacionamento com os santos e espíritos, a hospitalidade, a amizade, a comensalidade e, naturalmente, o carnaval e o futebol, que permitem ao brasileiro entrar em contato com o permanente de seu mundo social (DAMATTA, 1982, p.39).

No contexto da publicação de seu ensaio, DaMatta (1982), ao significar o futebol como protagonista na criação da identidade nacional brasileira, discordava das pesquisas que estudavam a relação entre o futebol e a ditadura civil-militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e propunham a visão de que o futebol seria exclusivamente um instrumento empossado pelas classes dominantes para manipular as massas. DaMatta (1982) definitivamente toma outra direção, assegurando que os contextos futebolísticos no Brasil, principalmente aqueles associados à seleção brasileira, possibilitam que as classes populares vivenciem experiências que seriam raras em situações cotidianas, tais como igualdade, intimidade com símbolos nacionais, sentimento de união nacional e exaltação da vitória. Essas experiências, prossegue DaMatta (1982, p.35) transcendem os usos conscientes e

maquiavélicos que as autoridades governamentais poderiam tentar fazer do futebol:

Longe, pois, de ver essa experiência futebolística como o protótipo do material que governos autoritários podem mobilizar em proveito próprio, quero acentuar o lado positivo (ou liminar) da experiência com o futebol em seu sentido mais amplo e generoso, quando ela permite à massa destituída ter o sentimento de totalidade nacional, do valor do povo representado pelos seus ídolos e, mais importante que tudo isso, da vitória plena e merecida.

Assim como Chatterjee (2000) assegura que os nacionalismos na Ásia e na África no século XIX nascem marcados por uma relação de diferença com os nacionalismos desenvolvidos no Ocidente, DaMatta (1982) aponta que o processo de construção da identidade nacional no Brasil apresenta singularidades em relação ao de certos países da Europa e América do Norte, entre outras por tomar o futebol como fonte central de criação identitária. Assim como Desai (2009) insiste que os nacionalismos são produtos culturais contextuais construídos de acordo com os interesses das classes populares, DaMatta (1982) ultrapassa a visão reducionista segundo a qual os símbolos nacionais seriam impostos pelas autoridades governamentais e afirma que, através do futebol, os brasileiros participam ativamente da construção da nação. Indo ao encontro dessas argumentações, compreende-se, então, que a discussão dos investimentos materiais e simbólicos realizados pelo Governo Médici em produtos culturais como a Loteria Esportiva, o Campeonato Brasileiro de Clubes, a seleção brasileira, a Taça Independência de 1972 e os estádios futebolísticos de grande porte permite flexibilizar a definição de nação como uma “comunidade imaginada” no seguinte sentido.

As medidas adotadas pelo Governo Médici aqui estudadas colocam em relevo a centralidade adquirida pelo futebol no processo de estímulo ao sentimento de integração nacional em ação no início da década de 1970, reforçando que a construção da nação brasileira então se desenvolvia de uma forma singular e alternativa àquelas que se baseavam no que DaMatta (1982) chamou de instituições centrais da ordem social. Há de se ressaltar ainda que a participação do futebol como fonte de criação da identidade brasileira não se daria “de cima para baixo”, ou seja, não é uma imposição do governo aos cidadãos. Se a ideia de integração nacional era um valor central para o Governo Médici, esta ideia precisava ser comunicada através de produtos e práticas culturais que interessassem às classes populares. E no contexto do início dos anos 1970, o futebol interessava – e muito! – às classes populares.

Um outro conceito-chave da teoria desenvolvida por Anderson que precisa ser apreendido de modo mais complexo é o de “capitalismo tipográfico”. Como discutido anteriormente, uma das conclusões centrais do estudo de Anderson (2013, p.82) é a de que “a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da língua humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna”. O que se deseja, obviamente, não é negar nem a participação do capitalismo, muito menos a da imprensa, na criação de símbolos e práticas nacionais. O propósito aqui é

diminuir a excessiva centralidade dada por Anderson ao “capitalismo tipográfico” na linha do alertado por Smith (2003, p.138) – “it would be a mistake to overgeneralise the role of the printed word” –, visto que tal ênfase desmedida originaria lacunas analíticas ao retirar o espaço que poderia ser ocupado por outras formas de se representar a nação. Ainda nas palavras de Smith (2003, p.138):

This view of the nation as primarily a text and discourse inevitably suggests a leading causal role for print technology and print-capitalism, one which leaves little room for other modes of cultural representation and omits other vital factors in the rise of nations and the spread of nationalism.

Para Smith (2003, p.139), não eram escassos os contextos na América Latina, África e Ásia nos séculos XIX e XX nos quais o acesso a textos impressos encontrava-se restrito a um número muito limitado de pessoas, de modo que o grosso da população entrava em contato com os movimentos nacionalistas através de outros modos de representação da nação: “The portrayals of the nation that stirred people into action were oral, audial and visual rather than literary, a matter of symbols, songs, images, reports and rituals”. Até mesmo na Europa do século XIX, a formação de um público leitor de textos em vernáculo seria um fenômeno que, apesar de central para os estilos através dos quais as elites e as classes médias representavam a nação e propagavam o nacionalismo, se mostrou reservado a pequenos grupos. Assim sendo, propõe-se que inclusive na Europa oitocentista a emergência de nacionalismos teria mostrado um processo bem mais abrangente em termos de produção de representações sobre a nação:

There were, of course, the traditional media of song, dance, costume, ritual object, artwork; [...] Unlike print, which for long was confined to elites and some middle strata, these were genuinely popular media, and the works they purveyed were shared by large numbers of people as part of their daily lives (SMITH, 2003, p.139).

Para o autor, a conclusão de que os textos impressos devem ser entendidos como apenas mais uma, e não a única, forma de se representar uma nação – “we cannot accord a pivotal role to print-language and print-capitalism. It becomes just one among many contributory causes, especially in Europe” (SMITH, 2003, p.140) – permite escapar de algumas limitações que poderiam surgir caso se seguisse integralmente a definição de Anderson de nação como “comunidade imaginada”: “By widening the role of cultural media far beyond the relatively limited purview of print and the press, we can also overcome the limitations of an explanation of nations and nationalism in terms of ‘print-communities’” (SMITH, 2003, p.139). Por esta perspectiva, crê-se que ampliar o olhar direcionado à produção de representações sobre a nação para produtos e práticas culturais que vão além dos limites do “capitalismo tipográfico” torna mais complexa uma argumentação basilar da tese de Anderson: a de que as nações dispõem de maior legitimidade emocional do que outras comunidades.

De acordo com Anderson (2013, p.34) a profunda legitimidade emocional do nacionalismo seria confirmada pelos cenários de guerra nos quais se encontrariam um enorme número de pessoas dispostas a se sacrificar em nome da nação, o que ocorreria por esta ser imaginada, independentemente das circunstâncias, como uma comunidade horizontal: “No fundo, foi esta fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas”. Embora Anderson (2013, p.202) defenda que não existam comunidades mais autênticas do que outras, a nação posicionaria-se como uma comunidade que, em termos emocionais, seria alvo de maior comprometimento do que outras:

Morrer pela pátria, a qual geralmente não se escolhe, assume uma grandeza moral que não se pode comparar se comparar a morrer pelo Partido Trabalhista, pela Associação Médica Americana ou talvez até pela Anistia Internacional, pois estas são entidades nas quais pode-se ingressar ou sair à vontade.

Desai (2009, p.9-10), inicialmente concordando que as nações dispõem de destacada legitimidade emocional, levanta algumas questões sobre o tema: “is national belonging really stronger than other forms of belonging always, everywhere and in all circumstances? Is it not more forceful in some countries than others?”. No mesmo caminho, Balakrishnan (1999, p.209) pergunta: “The claim that the nation is an imaginatively resonant cultural artefact is compelling, but are nations always so stirring?”. O que estas apropriadas interrogações insinuam é que o entendimento da construção da nação como um processo enraizado, homogeneamente contínuo e independente do contexto precisa ser problematizado. Neste sentido, Balakrishnan (1999, p.209) busca embasar seu questionamento convidando seu leitor a pensar o seguinte cenário:

During times of peace, if someone were to make the claim that his imminent death had ceased to trouble him because ‘France is eternal’, many people would think he’d gone mad. If he formulated the same high-minded and dramatic sentiments en route to battle, few would point out the fault in his logic, as in this context, and perhaps only in this one, such a statement becomes, miraculously, sensible.

Se por um lado Anderson (2013, p.199-200) confia que “as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo autossacrifício”, e que esta legitimidade emocional apresenta íntima relação com o desenvolvimento do “capitalismo tipográfico”, Balakrishnan (1999, p.208), por outro lado, entende que as afinidades culturais derivadas do “capitalismo tipográfico” não são fatores suficientemente fortes para gerar um profundo sentimento de pertencimento à comunidade imaginada como nação: “The problem for Anderson’s thesis is that the cultural affinities shaped by print-capitalism do not in themselves seem sufficiently resonant to generate the colossal sacrifices that modern peoples are at times willing to make for their nation”. A produção do sentimento de união nacional, continua Balakrishnan (1999, p.209), seria

dependente de situações extremas, particularmente aquelas em que a possibilidade de sacrifício se faz presente: “Without the possibility of sacrifice it is doubtful whether the nation evokes the affective peaks of collective belonging that Anderson attributes to the national imagination”. Por isso os contextos de guerra seriam tão férteis para criação de símbolos e valores nacionais: “It is during war that the nation is imagined as a community embodying ultimate values” (BALAKRISHNAN, 1999, p.209). Assim, ao invés de enxergar a construção da nação como um processo espontâneo e rotineiro, Balakrishnan (1999, p.210) propõe que em contextos cotidianos, os indivíduos, sempre medindo os próprios interesses, aderem às mais diversas lealdades identitárias, sendo a criação mais intensa do pertencimento à nação restrita a contextos excepcionais: “This means that most of the time the experience of national membership is faint and superficial. Only in struggle does the nation cease to be an informal, contestable and taken-for-granted frame of reference, and become a community which seizes hold of the imagination”.

De forma um tanto quanto universalista, Balakrishnan (1999) entende que as possibilidades de sacrifícios proporcionadas pelos contextos de guerra geram picos temporários de pertencimento coletivo à nação impossíveis de serem acionados em contextos cotidianos. Concentrando seus estudos na sociedade brasileira, Simoni Guedes (2002) desenvolve um pensamento convergente quando sugere que existe uma temporalidade associada à capacidade adquirida pelo futebol de criar comunidades de sentimento integradas por símbolos nacionais. A este propósito, Guedes (2002, p.1) argumenta que, no Brasil, os contextos de participação da seleção brasileira nas Copas do Mundo de futebol “constituem-se, para os brasileiros, em verdadeiros rituais nacionais, ocasiões em que se celebra a brasilidade, construção simbólica da unidade nacional, ‘suspendendo-se’, de certo modo, as diferenças e desigualdades que permeiam a estrutura social”.

Elaborando os mecanismos através dos quais o período de realização das Copas do Mundo é significado no Brasil como o que nomeou de “tempo da nação”, Guedes (2002, p.7) compreende que estes são momentos em que “constitui-se um tempo próprio e uma história própria, apresentados e vividos como suspensos em relação ao tempo histórico”. Ao longo dos períodos de realização da Copa do Mundo, todas as outras temáticas associadas ao futebol que não a história do desempenho da seleção brasileira caíam no esquecimento, num processo em que a mídia, lembrando os triunfos e os fracassos do time nacional, possui importância significativa. Esses seriam períodos em que “ao mesmo tempo em que vamos sendo desligados das questões que atravessam o nosso cotidiano, vamos enfocando com mais vigor tudo o que cerca o nosso selecionado durante a Copa, interessando-nos por detalhes que, passado o período ritual, nos parecem absurdos” (GUEDES, 2002, p.7). Neste ponto, é significativo observar as aproximações entre o desenvolvido por Guedes (2002) – que sugere que fora dos contextos de Copa do Mundo a experiência de comunhão proporcionada pela seleção brasileira se torna superficial e até absurda – e por Balakrishnan (1999) – que argumenta que pareceria loucura que um francês bradasse que estava disposto a morrer pela França em um contexto que não o de guerra.

Retomando as questões levantadas por Desai (2009) – sobre se o pertencimento à nação seria sempre mais forte que todas as outras formas de pertencimento independentemente do lugar e das circunstâncias – e por Balakrishnan (1999) – sobre se a imaginação da nação seria um processo sempre em movimento –, não se encontra em solo movediço ao afirmar que para as perguntas desta ordem uma resposta segura seria: não, nem sempre. E confia-se que a análise dos investimentos realizados no futebol pelo Governo Médici alicerça a resposta anterior pelo seguinte raciocínio. Um ponto em comum entre estudos sobre a Taça Independência de 1972 é o de que a organização deste evento e o financiamento para a construção de grandes estádios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país seriam medidas implementadas com a aspiração de manter aceso o entusiasmo proporcionado pelo triunfo da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. Todavia, é válido destacar que o Governo Médici não teria adotado apenas estratégias associadas à seleção brasileira para manter viva a euforia no período após a conquista mundial de 1970, de modo que até mesmo ações relacionadas com a Loteria Esportiva e o Campeonato Brasileiro podem ser compreendidas neste sentido.

Se as participações da seleção brasileira nas Copas do Mundo geram contextos em que os brasileiros experimentam momentos de superação de desigualdades e diferenças, poucos teriam sido os contextos tão intensos como o impulsionado pela conquista da seleção brasileira da Copa do Mundo de 1970. Acontece que o tempo da nação passa, diria Guedes, o pico aplaina, falaria Balakrishnan, e, pouco a pouco, o sentimento de comunhão nacional catalisado pelo título de campeão mundial da seleção brasileira teria começado a se esvaír. Entretanto, esse sentimento era muito valorizado no cenário brasileiro do início da década de 1970 para que o Governo Médici ignorasse o seu enfraquecimento, de modo que alternativas foram buscadas para tentar dilatar ao máximo aquela fase de euforia nacional, reforçando que a construção da nação, longe de ser um processo espontâneo e rotineiro, desenha-se como contextual e extraordinário.

Considerações finais

Não obstante seja um tema ainda longe de ter sido esgotado, a bibliografia voltada para o estudo das relações entre o Governo Médici e o futebol é inegavelmente ampla e diversificada. A propósito dessa bibliografia, entende-se que tanto as análises mais abrangentes, quanto aquelas focadas em um determinado produto cultural, evidenciam que os investimentos do Governo Médici no futebol foram realizados em concordância com a ideia de estimular o sentimento de integração nacional.

Objetivando aprofundar a discussão teórica sobre o processo de integração nacional através do futebol, uma etapa fundamental deste artigo consistiu em analisar as estratégias adotadas pelo Governo Médici em diálogo com a tese elaborada por Anderson (2013) sobre a nação, buscando ir além da direta citação de que se entende a nação como uma “comunidade imaginada”. Na medida em que “comunidades imaginadas” podem ser pensadas como “comunidades representadas”, a Loteria Esportiva, o

Campeonato Brasileiro, a seleção brasileira e a Taça Independência de 1972 surgem como produtos culturais através dos quais o Governo Médici buscou construir representações sobre a nação brasileira. Além do mais, dado que a ideia de integração nacional era um valor caro naquele contexto, tem-se que essas representações eram produzidas e acionadas visando motivar o compartilhamento de espaços, conhecimentos, símbolos e experiências por parte dos brasileiros. Parafraseando o próprio Anderson (2013), poderia ser dito que eram representações construídas com o objetivo de esticar a pele curta da nação por sobre o corpo gigantesco do território brasileiro.

Ocorre que, sob o risco de ter alguns argumentos pertinentemente classificados como reducionistas e rígidos, as análises aqui realizadas não poderiam se limitar exclusivamente aos pressupostos teóricos elaborados por Anderson (2013). Se, em um primeiro momento, fez-se um movimento de aproximação a conceitos como “imaginação” e “nacionalismo oficial” com o intuito de adensar discussão teórica sobre a participação do futebol na construção da nação brasileira, em um segundo momento objetivou-se pôr em ação um movimento de flexibilização de algumas ideias centrais da tese de Anderson (2013).

A análise dos investimentos materiais e simbólicos realizados pelo Governo Médici em atividades como a regulamentação da Loteria Esportiva, a expansão do Campeonato Brasileiro de Clubes, a construção de grandes estádios futebolísticos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a transmissão televisiva para todas as regiões do país de partidas da seleção brasileira e a organização da Taça Independência de 1972 evidencia traços fundamentais do processo de construção da nação brasileira.

As experiências de superação de desigualdades e diferenças que definiriam as comunidades de caráter nacional não são vividas cotidianamente e homogeneamente, mas se dão em contextos extraordinários, impulsionados por produtos e práticas culturais que estimulam sentimentos de comunhão efêmeros e que necessitam, mais cedo ou mais tarde, de meios que os renovem. No Brasil do começo da década de 1970, o futebol ocupa um papel central como fonte de criação identitária pelo potencial que apresenta em originar esses contextos de picos de pertencimento coletivo à nação. Não porque as autoridades governamentais impunham “de cima para baixo” o futebol, mas porque naquelas circunstâncias históricas particulares o futebol interessava às classes populares, participantes ativas da construção social da nação brasileira.

E assim, em tom conclusivo, é de confiança que o discutido no presente artigo permite sugerir que as nações não devem nem ser pensadas como onipotentes – sempre se impondo, inabaláveis, sobre receptores inertes –, nem tampouco compreendidas como onipresentes – capazes de exigir fidelidade integral de seus membros a todo e qualquer momento, em todo e qualquer espaço.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)*. 2009. 304f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BALAKRISHNAN, Gopal. The National Imagination. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Mapping the Nation*, p. 198–213. Londres: Verso, 1999.
- CHAIM, Aníbal Renan Martinot. *A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem?. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.227-238.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. 333f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DA MATTA, Roberto (org.). *Universo do futebol: futebol e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982, p.19-42.
- DESAI, Radhika. *The Inadvertence of Benedict Anderson: Engaging Imagined Communities*. 2009. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/254072545_The_Inadvertence_of_Benedict_Anderson_Engaging_Imagined_Communities
- EVANS, JESSICA. Nation and Representation. In: EVANS, Jessica; BOSWELL, David. *Representing the Nation: A Reader: Histories, Heritage and Museums*. Londres: Routledge, 1999, p.1-8.
- FERREIRA, João Fernando Pelho. *De (pre)potência olímpica à “invenção” do país do futebol: a política para os esportes do governo Emília Garrastazu Médici (1969-1974)*. 2014. 218f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FINO, Patrícia; HINTZE, Hélio. Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro. *Revista Rua*. Campinas, v.2, n.23, p. 267 – 289, 2017.

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil nas Copas do Mundo: tempo “suspenso” e história. In: *Associação Brasileira de Antropologia, XXIII*. RBA: Gramado, 2002.

GUTERMAN, Marcos. *O Futebol Explica o Brasil: o Caso da Copa de 70*. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. 2013. 239f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ÖZKIRIMLI, Umut. *Theories of Nationalism*. Londres: Palgrave, 2000.

SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

SMITH, Anthony. *Nationalism and Modernism: A critical survey of recent theories of nations and nationalism*. Londres e New York: Routledge, 2003.

Recebido em 28 de novembro de 2019

Aprovado em 05 de outubro de 2020